

# ELISSABONA FELICITAS IVLIA

## NOVA OFICINA MONETÁRIA DOS VISIGODOS

POR PEDRO BATALHA REIS

*Ao ilustre Numismólogo D. Pio Beltrán  
homenagem do seu admirador e amigo*

As moedas, pelo seu carácter próprio de meio de escambo entre os povos, tem sofrido tal disseminação pelo mundo, ligada à vida errante do homem, que as múltiplas vicissitudes por que passaram, deram aso a que de todos os tempos, de há três mil anos a esta parte, se tenham subvertido na terra, ou no mar, para que, volvidos anos, muitas vezes contados por séculos, e até milénios, voltem de novo às mãos dos homens, já não como peças do meio circulante que foram, mas relíquias dum passado longínquo.

É com efeito esse achado constante de moedas antigas que confere à Numismática, para aqueles que se ocupam dela como uma Ciência, um especial interesse, pelo enriquecimento contínuo da documentação em estudo.

A confirmá-lo temos dentre os milhentos casos ocorridos, quase diariamente, o que constitui o objecto desta comunicação: o achado dum *triente* visigodo, que nos revela ter sido cunhado em Lisboa; oficina monetária essa desconhecida até hoje, pois em parte alguma existia a notícia de que o tivesse sido em tempo dos visigodos.

Vejamos portanto, a traços largos, as condições históricas que antecederam, e determinaram, a cunhagem desta moeda.

Ao findar o IV século a Península encontrava-se inteiramente dominada pelos romanos. Os bárbaros que haviam já trespassado toda a Europa nas suas correrias assoladoras, não tinham até então transposto os Pirenéus. A Península era como que um oásis de paz, em paralelo com as devastações sofridas desde os montes Urais aos pirenaicos.

Todavia, a discórdia entre os romanos, ou antes a traição de Gerônimo assassinando o filho do Imperador Constantino III, e apoderando-se da Hispânia, deu lugar a que o Imperador, por vingança, franqueasse a passagem dos Pirenéus aos bárbaros, alanos, vândalos e suevos, e os deixasse entrar livremente na Península, em 409, que então sofreu os horrores da invasão barbárica. Entretanto, as tropas de Honório constrangiam Gerônimo a suicidar-se, para não sofrer o castigo certo que lhe infligiria o Imperador.

Os bárbaros ocuparam então quase toda a Península, fixando-se os alanos na *Lusitania*, os vândalos em parte da *Gallaecia* e sobretudo na *Baetica* e os suevos dominavam o restante da *Gallaecia*.

Entretanto os suevos, que ocupavam a parte noroeste da Península, estendiam os seus domínios, apoderando-se das regiões abandonadas por aqueles, na *Lusitania* e na *Baetica*.

No que respeita ao burgo do Tejo (Lisboa) que desde o II século A. C. se encontrava sob o domínio romano, foi conquistado em 459 pelo Rei Suevo Rechimundo, passando a fazer parte da *Suévia* cerca de século e meio, até à conquista dele pelos visigodos, de que adiante falaremos.

\*

O predomínio da civilização romana na Península foi tal, que até nos povos em luta com o Império existia o acatamento e respeito pelas prerrogativas do Imperador, como era a do lavramento monetário, e nomeadamente do ouro. <sup>(1)</sup>

Assim, quando para ocorrer à necessidade de aumentar o numerário os suevos cunham moeda de ouro, <sup>(2)</sup> não ousam contudo inscrever nela outro nome que não fosse o do Imperador. <sup>(3)</sup>

Tal era na verdade o respeito por essa prerrogativa universalmente reconhecida ao Imperador Romano, que os suevos se limitaram a copiar servil-

<sup>(1)</sup> Vid. o nosso estudo dos *Morabitinos Portugueses*, Lisboa, 1940, pág. 31 a 35.

<sup>(2)</sup> Convém neste passo salientar o que anda esquecido: terem sido dois portugueses — Eduardo Augusto Allen de colaboração com H. Nunes Teixeira — quem, pela primeira vez, revelou a existência das moedas suevo-lusitanas, num artigo notável, denominado *Monnaies d'or suevo-lusitaniennes*, publicado na *Revue Numismatique*, vol. V, 1865, e de que se fez uma separata de 15 páginas, hoje muito rara.

<sup>(3)</sup> O motivo dos suevos, aliás como os visigodos, terem cunhado apenas o ouro, deve-se à escassez do nobre metal amoedado na Península em contraposição com as quantidades inumeráveis de moedas romanas de prata (os *denarios*) e de cobre, as moedas de três tamanhos que vulgarmente se designam por grandes, médios e pequenos bronzes.

mente os *soldos de ouro* e terços de soldo (*tremissis*) de Honório, até mesmo em tempo que o Imperador já não vivia.

São esses soldos, cunhados nas terras galaico-portuguesas, a que os documentos se referem como *solidos gallectanos*. (1)

\*

As devastações que na Península haviam já feito em pouco tempo os alanos, vândalos e suevos, levou o Imperador Honório a tomar os visigodos como seus auxiliares, e assim faz em 415 um acordo com Valia, rei dos godos, confiando-lhe a missão de restabelecer a ordem na Península. Dessa acção se seguiu logo em 418 o extermínio dos alanos, que embora se juntassem, depois de derrotados, aos vândalos, foram com estes constrangidos a sair da Península pouco depois.

Desde essa data eram os visigodos o grande povo que dominava quase toda a *Hispania*, muito embora mantivessem como capital, Tolosa, além Pirenéus. Porém, com a expansão dos francos, deu-se em 507 a grande batalha entre aqueles e os visigodos, saindo vencedor Clodóveo rei dos francos, o que forçou os visigodos a abandonarem a sua antiga capital da *Gallia*, para a transferirem para Toledo, no coração da *Hispania*.

No que toca ao lavramento monetário, os visigodos, embora independentes, não ousaram todavia de princípio cunhar moeda que não fosse tal como os suevos, em nome do Imperador Romano. Assim o fizeram durante a existência do reino de Tolosa, e até mesmo muito além dessa data, por mais de século e meio, pois só com Leovigildo, começam as moedas a serem batidas com os próprios nomes dos visigodos. (2)

No seu conspecto geral o numerário visigodo divide-se em três agrupamentos:

- I — Moedas galo-visigodas do reino de Tolosa: 418 a 507.
- II — Moedas desde a queda de Tolosa, até meados do reinado de Leovigildo: 507 a 580.
- III — Moedas com os nomes dos reis visigodos: de Leovigildo em 580 a 711.

---

(1) Identificação esta que se deve ao entusiasta historiador do numerário suevo, Wilhelm Reinhart, *Os «Solidos Gallectanos» moedas portuguesas*, in *Arquivo Histórico de Portugal*, Sep. do vol. V, Lisboa, 1946.

(2) Essas moedas eram somente de ouro, no valor dos *terços de soldo* romanos, e que vulgarmente se denominam *trientes*. Não amoedaram prata nem cobre pela grande abundância de moedas romanas circulantes na Península. Cfr. supra, pág. anterior; nota 2.

Assim temos que o primeiro grupo (I) é constituído pelas moedas batidas pelos visigodos no tempo em que tiveram por capital Tolosa; o segundo grupo (II) é constituído pelas moedas cunhadas no período em que a capital já havia sido transferida para Toledo, depois da derrota que os visigodos sofreram dos francos, mas em que ainda fabricavam as suas moedas à imitação das romanas, sem símbolos de autonomia, e finalmente, o terceiro grupo (III) é formado pelas moedas que apresentam já todo o carácter de independência dos Reis visigodos, o que teve começo nos últimos anos do reinado de Leovigildo, e daí por diante até à extinção da Monarquia visigoda.

O motivo, pois, que determinou Leovigildo a abandonar, no fabrico das moedas visigodas, as cópias até então servis, ou deturpadas, dos *terços de soldo* romanos, e a ter a ousadia de cunhar moeda de ouro em seu nome, de que esta de que nos ocupamos é um dos primeiros testemunhos, foi o largo poderio que lhe adveio da submissão de todos os bárbaros da Península, a solicitação dos próprios romanos. Actuando então Leovigildo como mantenedor da ordem peninsular, reconhecida pelos próprios romanos, e conhecendo também a fraqueza do Império, que as dissensões internas fomentavam, hábilmente se aproveitou da situação, para se arrogar o direito de *jus cunni*, que desde sempre fora reconhecido pertencer ao Imperador Romano.

\*

Durante muito tempo foi voz corrente que Leovigildo, apenas se arrogou o direito de bater moeda em seu nome, após a conquista definitiva da *Suévia*, em 585. Todavia, se considerarmos que Leovigildo faleceu no ano imediato àquele feito, e por outro lado que a série tipológica das moedas de Leovigildo nos apresentam uma evolução que se não compraz com o curto espaço dum ano, seremos forçados a admitir que as primeiras moedas visigodas em que o nome daquele Rei começa a aparecer timidamente nos *trientes*, devem remontar a alguns anos atrás daquela data.

As primeiras moedas cunhadas pelos visigodos da Península eram *trientes* ou *terços de soldo*, caracterizados, por terem no Anverso a efígie e o nome bastante adulterado, do Imperador, e no Reverso a figura da Vitória ocupando todo o campo, vendo-se no exergo ONO: deturpação do CONOB das moedas romanas, seus modelos.

Este tipo primitivo, directamente filiado no das moedas dos Imperadores do Oriente Anastácio I, Justiniano I e Justino II esboça já a ânsia de autonomia dos visigodos, nas deturpações intencionais dos nomes dos Imperadores

e a forma ainda hesitante como do lado da Vitória aparecia igualmente escrito o nome de Leovigildo, Rei.

A data atribuída a esse primitivo tipo sem indicação de oficina monetária, ou antes fazendo no lugar desta a menção à principal oficina do Império, Constantinopla, no ONO do exergo, oscila entre os anos de 568 a 578 segundo a mais recente crítica e investigação histórica do assunto. (1)

Seguidamente a essas moedas em que o nome de Leovigildo aparece escrito timidamente, ao manter no Anverso o do Imperador, segue-se, pelo crescente poderio daquele, o primeiro tipo inteiramente visigodo, pela substituição do nome do Imperador pelo de Leovigildo, como Rei dos visigodos, e com a indicação do local de lavramento, na Península.

Todavia, como o ouro romano, de boa lei, havia conquistado a confiança universal de moeda de justo valor no toque e no peso, o que era indicado pelas letras do exergo: CONOB, abreviação de: CONstantinopolitanum OBrysum que significava «ouro puro de Constantinopla», (2) Leovigildo achou de boa política manter aquelas letras por representarem, como hoje diríamos, uma «marca de garantia», muito embora apareçam geralmente sinco-padas em: ONO, simplesmente.

E como o seu busto veio substituir ostensivamente, no Anverso, o do Imperador, com a legenda já clara de: LIVVIGILDVS REX, aparece no Reverso, em vez da Vitória, a Cruz sobre «4 degraus», e em volta dela a designação do local do lavramento.

Neste passo, importa que salientemos também, que ao tipo do Reverso deste *triente* de Leovigildo, vulgarmente denominado «da cruz sobre 4 degraus», chamar-lhe-emos antes com mais propriedade: *da Cruz sobre um Altar de 4 degraus*, por considerarmos que a Cruz, como sagrado símbolo do Martírio de Jesus pela Redenção dos homens, só num Altar devia ser colocada.

É, pois, a este arcaico tipo monetário, de reduzida frequência nos *trientes* visigodos, que pertence o raro exemplar que ora apresentamos.

---

(1) Vid. George C. Miles. *The coinage of the Visigoths of Spain—Leovigild to Achila II*, New York, 1952, pág. 44.

(2) Esta é a exegese moderna do vulgaríssimo CONOB que figura no exergo das moedas romanas, que veio destronar muitas outras interpretações, de que nos limitaremos a apontar aquela que procurava explicar o ONO que vemos no exemplar em estudo, dizendo que significava: *Omnes Nobis Obediant*. Cfr. acerca deste assunto Mateu y Llopis, *Catálogo de las Monedas previsigodas y visigodás del Gabinete Numismático del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid, 1936, pág. 201.

Eis a sua leitura:

LIVVIGILDVS *Rex*

em volta do busto do Rei olhando à direita; sobre o peito uma Cruz de braços iguais.

SAFIELIS OU ELISSAFI

consoante a leitura comece à direita do alto para baixo, ou à esquerda de baixo para cima. No campo uma Cruz cortando a legenda em cima, e assente sobre um altar de 4 degraus; por baixo: ONO. *Triente*. AV (cor natural quente). Diâmetro: 18,5 mm. Peso: 1,25 gramas. Inédito e único = RRRRR.

Ao descrever sucintamente este exemplar, importa salientar o esmero de gravação que ela apresenta no reverso, ou seja do lado em que a sagrada Cruz é exaltada. E a corroborar este reparo temos a análise morfológica da comparação, nesta mesma moeda, entre o anverso e o reverso: devia ser Crente esse moedeiro!

Este exemplar foi achado há poucos anos numa propriedade do Sul de Portugal, no Algarve, e cedido mais tarde pelo proprietário à Casa Almeida, Basto & Piombino & C.<sup>a</sup>, de Lisboa.

Antes de entrarmos no seu estudo importa frisarmos primeiramente que, nem a sua origem, nem tão pouco um rigoroso exame feito a essa moeda nos deixaram qualquer dúvida da sua genuína autenticidade.

O perfeito estado de conservação em que este precioso exemplar se encontra, leva a crer que, após a sua cunhagem, curta deve ter sido a sua circulação, devendo por isso ter estado enterrado desde esses recuados tempos do VI século da nossa Era, aos nossos dias.

\*

No que toca à mitologia o exame desta moeda confirma as características fixadas no estudo das amoedações visigodas: o metal é de ouro puro, como em geral sucede nas primeiras amoedações, muito embora posteriormente se abastarde por vezes, ao aumentar a liga de prata que uma ou outra vez aparece quase estreme.

O peso está igualmente dentro da oscilação em volta de 1,50 gramas por que se caracterizavam os trientes como terço que eram do *solidus aureus* de 4,5 gramas, registando-se neste exemplar 1,25 gramas. <sup>(1)</sup>

---

(<sup>1</sup>) G. C. Miles, *ob. cit.*, pág. 156, dá aos exemplares de Leovigildo a média de 1,29 gramas, dentre os extremos de 1,04 a 1,51 gramas.

TRIENTE VISIGODO DE LEOVIGILDO



(Ampliado duas vezes)

cunhado em

*ELISSABONA FELICITAS IVLIA*





Neste triente de Leovigildo, quanto o anverso nos não revela nenhuma novidade, nem tão pouco nenhuma dificuldade de interpretação, pois o nome já aparece claro e correcto, LIVVIGILDVS, com a indicação de Rex feita apenas pela primeira letra, o que aliás não é vulgar, o reverso, por seu turno, apresenta grande novidade por revelar-nos uma oficina monetária inédita dentre as amoedações visigodas.

Com efeito, sendo o tipo desta face o da Cruz, sobre «um altar de 4 degraus», (1) tendo por baixo, a cortar a legenda, ONO, como recordação ou reminiscência do CONOB bizantino, a legenda encontra-se dividida em duas partes iguais.

Se começarmos a leitura no alto pela direita da Cruz, ler-se-á SAFI — ELIS com interrupção a meio feita pelo exergo; ao passo que se fizermos a leitura a começar à esquerda do pé da Cruz, ler-se-á ELIS — SAFI, e neste caso a legenda fica cortada de igual modo a meio pelo cimo da Cruz.

Ora, a verdade é que nos *trientes* de Leovigildo encontramos as duas leituras, donde proveio a dúvida inicial da leitura a adoptar.

Nenhum proveito sensível tiramos do exame de quantos textos antigos nos revelassem nomes de localidades, tais como a *Divisio Provinciarum Secundum Imperatorem* do X século, que nos dá Florez na sua *España Sagrada*, vol. IV, cap. 3, p. 116, ou a outra divisão peninsular *Tempore suevorum, ibidem*, ou ainda a longa *Divisio terminorum Diocesium et Parochiarum Hispaniae* do tempo de Wamba, atribuída ao Bispo de Oviedo, D. Pelayo, do século XII, onde a pormenorizada nomeação das localidades nos deu a esperança de ali encontrar alguma que nos permitisse a identificação com a da cidade de que nos ocupamos. Porém, tanto nessa como nas demais colhidas na *España Sagrada*, de que Aloïss Heiss fez eco, (2) em nenhuma delas encontramos qualquer topónimo que nos permitisse aproximá-la de *Safielis* ou *Elissafi*.

Estavamos diante dum caso que exigia uma investigação mais penetrante, do que a simples leitura a que por via de regra se resume a classificação das moedas visigodas.

---

(1) Este tipo, que sucedeu ao de transição, ainda com a Vitória romana, constitui o primeiro grupo dos *trientes* caracteristicamente visigodos que breve foi abandonado por Leovigildo em 584, para em seu lugar adoptar o dos dois bustos (Rei e Príncipe herdeiro), um em cada face da moeda, de 584 a 586 (Vid. Miles, ob. cit. pág. 45). Todavia, mais tarde foi restituído por RECCESWINTHO, mas com a particularidade da Cruz se encontrar sobre um altar de 3 e não 4 degraus.

(2) *Description Générale des Monnaies des Rois Visigoths d'Espagne*, Paris, 1872, pág. 159 e 172.

Começamos então a analisar atentamente este *triente* inédito quanto à oficina monetária, e variante muito interessante no tipo, pois que embora pertença já ao grupo das moedas que tem o nome de Leovigildo escrito correctamente, e no reverso o nome da localidade onde foi cunhada, mantém no entanto, como reminiscência do modelo romano, a indicação de ONO à maneira de exergo, sob um Altar de 4 degraus que sustenta a Cruz latina.

É, pois, um exemplar paralelo aos descritos por Wilhelm Reinhart em *Deutsches Jahrbuch Für Numismatik*, Munich, 1940, Est. II, N.ºs 16 e 20, do mesmo Leovigildo, batidos respectivamente em *Valenta* e *Reccopolis*.<sup>(1)</sup> No entanto, se a configuração geral se aproxima dessas moedas, mais do que das restantes, do numerário leovigildiano, não impede a que no delineamento técnico esteja muito próximo da que o mesmo autor publica com o número 17, cunhada em *Elvora*. Na verdade, quer o traço da letra, quer especialmente o delineamento da Cruz, tão grandes afinidades de estilo apresenta com aquela, que isso reforçou a nossa convicção de que a localização de *Elissafi* ou *Safielis*, ficaria realmente na mesma Província da Lusitânia, a que aqueles pertenciam.

Muito embora em segundo plano, depois do exemplar de *Elvora*, é realmente o de *Emerita* aquele que mais se aproxima do que ora nos ocupamos, mas apresenta o tipo mais evoluído, como se esse jeito de técnica se fosse modificando à proporção que nos afastamos do Ocidente da Lusitânia para Oriente dela.

De tentativa em tentativa, pondo em equação todas as hipóteses que nos ocorriam, já com a vista à Lusitânia, e caminhando para Ocidente, surgiu a de Lisboa.

Assim, o facto de não havermos encontrado qualquer localidade cujo nome se adaptasse ao das simples leituras feitas: *Safielis* ou *Elissafi*, levou-nos a considerar a tese de D. Pio Beltrán,<sup>(2)</sup> de que todas as cidades, cabeças de circunscrição, como Lisboa, deviam ter cunhado moeda em tempo dos visigodos. Ora a cidade do Tejo encontrava-se precisamente nessas condições. Graças, pois, a essa esclarecida tese, começava a levantar-se a ponta do véu, para a interpretação desses dois nomes enigmáticos: *Safielis* e *Elissafi*.

Socorrendo-nos então da nomenclatura de Lisboa nesses recuados séculos, verificamos que uma certa similitude, mais fonética do que gráfica, existia entre essas arcaicas denominações e *Elissafi*.

(1) Moedas que aliás já haviam sido publicadas por Heiss, *ob cit.*, sob os N.ºs 5 e 22.

(2) De que tivemos conhecimento por ocasião da Exposição Internacional das Medalhas, realizada em Madrid em 1951, conversando com aquele ilustre Numismata.

Procuramos então nos textos da época as diversas formas por que o nome de Lisboa se apresentava: *Olisibona* (em documento do tempo de Theodomiros, 559-569), e já posteriormente à época de que nos ocupamos, encontramos: *Olixibona* (em tempo de Recesvintho, 653-672), *Olisibona* (em tempo de Wamba, 672-682), e mais tardiamente: *Olixbona*, *Olixibona* e *Ulixibona*, ao chegarmos, com este último topónimo ao século XII. (1)

Muito embora não tivéssemos encontrado nenhum documento com a grafia de Lisboa da mesma forma que ela se verifica na moeda em estudo, a verdade é que hoje não temos dúvida de que a toponímia deste *triente* leovigildiano é apenas mais uma forma arcaica de Lisboa a enfileirar ao pé das muitas que se conhecem; e assim temos que a sua leitura deveria ser tomada de: *Elissafi*, que desdobraremos do seguinte modo:

ELISSAFI

ELISSA — F — I

ELISSA**bona** *Felicitas Ivlia*

o nome romano de LISBOA, evocativo pelo seu cognome (*Felicitas Ivlia*), dos velhos tempos de Júlio César. (2)

Estava encontrada não só mais uma oficina monetária dos visigodos na Península, mas ainda — e o que mais nos importa — o fabrico da moeda visigoda em LISBOA.

\*

Ao descrever as moedas visigodas no seu magistral estudo, razão tinha Aloïss Heiss quando, apesar de ao tempo haver esgotado o assunto, dizer que, «...un nombre probablement considérable d'ateliers restent encore à decouvrir». Todavia, talvez não sejam tantas as oficinas monetárias visigodas como Heiss imaginaria, pois em três quartos de século de trabalhos importantes

---

(1) Não nos ocuparemos aqui detidamente das moedas que até hoje apareceram, copiando algumas das designações acima apontadas, como *Olisibona* e *Olisibona*, por serem falsificações, como disse Milles, ob. cit, pág. 461; «This supposed coin is either an invention or simply misreading». Por curiosidade diremos que a primeira se refere Faria e Sousa, I, pt. III, cap. XVII, pág. 343.

(2) Dizemos *Elissabona* e não *Olissipona* de *Olissipo* que era a genuína denominação romana, por ter verificado que o abrandamento do sufixo — *pona* romano para — *bona* (donde derivou — boa = Lisboa) se deu precisamente no período visigodo, como nos certificam os textos do tempo. Veja-se o que acima escrevemos.

apenas se descobriu mais dúzia e meia das que aquele ilustre Numismata apontou, elevando-se o seu número a:

Aloïss Heiss, 1872: 64 oficinas monetárias.  
 Mateu y Llopis, 1936: 73 oficinas monetárias.  
 Wilhelm Reinhart, 1940: 76 oficinas monetárias.  
 George C. Miles, 1952: 79 oficinas monetárias.  
 Batalha Reis, 1956: <sup>(1)</sup> 80 oficinas monetárias.

Pela nova contribuição trazida pelo exemplar estudado, eleva-se a 80 o número das oficinas monetárias na Península em tempo dos visigodos, caracterizadas pelo nome da localidade nelas inscritas no reverso das moedas, como indicação que eram da sua origem. <sup>(2)</sup>

\*

No que respeita à cronologia, consideremos agora a data que melhor convém ao exemplar em estudo.

Por comparação com as moedas conhecidas deste mesmo tipo, verifica-se que o exemplar de Lisboa tem aspecto ainda mais primitivo, quer nas letras quer no tipo que é cópia directa dos soldos de ouro do Imperador do Oriente Tibério II Constantino (578-582), coevo de Leovigildo.

No exame tipológico deste *triente* leovigildiano, dentre as características que lhe conferem primazia entre os do mesmo tipo genérico, sobressai o facto de ter a Cruz a cortar legenda — tal como o tinham os seus protótipos romanos — o que em nenhum outro exemplar visigodo acontece.

Na verdade, em todos os outros se vê a Cruz não só de mais reduzido tamanho, mas ainda, e sobretudo, limitada ao campo monetário, sem interferir na legenda.

De modo que, o arcaísmo, embora cheio de beleza — nomeadamente do Reverso — que o *triente* de Lisboa apresenta, coloca-o à cabeça de todos os outros conhecidos do seu tipo.

---

<sup>(1)</sup> A primeira notícia pública desta moeda foi feita na sessão de 7-XII-1956 na Academia Portuguesa de História. Cfr. o seu *Boletim*, vol. 20, 1957, pág. 93 e jornais do dia imediato.

<sup>(2)</sup> Como se verifica do quadro acima, o Numismata que maior contribuição trouxe na revelação de novas oficinas monetárias visigodas foi o ilustre Numismatólogo Dr. D. Felipe Mateu y Llopis.

Além disso, o formato da Cruz é o mesmo daqueles soldos de ouro romanos de Tibério II, assim como a disposição da legenda, e até com a repetição, do CONOB, que se via no exergo das moedas seus protótipos aqui abreviado em ONO.

Note-se ainda a particularidade, neste exemplar que estudamos, da Cruz estar assente num altar com o mesmo número de degraus dos soldos de ouro bizantinos, de que é cópia.

Ora sendo os raros trientes de Leovigildo deste mesmo tipo (mas todavia sem a Cruz a cortar a legenda) dos anos de 581 a 584 como Miles o afirma, <sup>(1)</sup> não será ousado colocar a cunhagem do *triente* de Lisboa no ano anterior àqueles, ou seja, de 580, pelas considerações resultantes do exame tipológico comparativo com as suas congéneres.

E como é sabido que antigamente a cunhagem da moeda constituía uma das primeiras prerrogativas que o conquistador duma terra se arrogava, pois era aquela que melhor demonstrava e expandia dentre o povo o conhecimento do novo feito, temos de admitir com essa velha prática que, a moeda de que nos ocupamos, deve ter sido cunhada logo após o conquista de Lisboa; e que essa conquista deve ter sido muito importante, pois temos pela primeira vez o Rei Leovigildo a arrogar-se o direito de cunhar moeda em seu nome, duma forma bem clara e explícita, sem qualquer alusão ao Imperador, ao escrever como Rei, o seu nome completo.

Daqui resulta a consideração de que Lisboa, a ELISSABONA do tempo, deve ter sido conquistada aos suevos em 580, antes, pois, da submissão total deles em 585, pelo Rei Leovigildo, o grande unificador do Reino visigodo, e aquele que lhe dera uma maior emancipação dos romanos.

Lisboa, tendo sido conquistada aos romanos pelo Rei Suevo Rechimundo, em 459, teria estado pois, sob o domínio dos suevos 121 anos, até 580, e sob o poder dos visigodos 231 anos, daquela data até 711, ao aniquilamento do reino Visigodo, pelos árabes, na famosa Batalha de Guadalete.

A importância dos factos históricos que se prendem com esta moeda, conferem-lhe um valor excepcional, como precioso documento histórico que é do maior interesse, não só para a cidade de Lisboa, onde ela foi cunhada há 1376 anos, mas ainda para a História do território onde hoje é Portugal.

---

<sup>(1)</sup> Ob. cit. *The coinage of the Visigoths of Spain—Leovigild to Achila II*, pág. 45.

# MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS—FORTALEZAS DO CONCELHO DO FUNDÃO—SIGLAS DE CANTEIRO—NECESSIDADE E UTILIDADE DO SEU ESTUDO E INVENTÁRIO

POR JOSÉ MANUEL LANDEIRO

Os monumentos arqueológicos são, no dizer de Teixeira de Aragão, quase sempre o pergaminho nobilitante de uma vila, cidade, província e mesmo de um reino.

E, quanto maior for o número desses documentos, tanto mais se esclarece e, portanto mais valor tem a história da povoação, região ou país que os possui.

Foram estas fortalezas verdadeiras sentinelas, sempre vigilantes, que ajudaram a fundar, a conquistar e a restaurar a pequena (mas de grande valor!) Casa Lusitana, de cujos brados em prol de uma civilização, ainda hoje os ecos se ouvem em todas as partes do mundo.

A atestar a grandeza de Portugal, temos ainda espalhados pelo mundo fora os costumes, a língua, a religião, e mesmo restos de fortalezas lusas, à sombra das quais se premeditaram assaltos para conquistas de novas terras ou se acometeram esses mesmos assaltos para defesa de terras já conquistadas.

O concelho do Fundão, embora conte apenas duzentos anos, tem também esses pergaminhos a atestar o valor dos seus habitantes e a riqueza do seu solo que durante muitos séculos foi disputada, à porfia, por diversos povos.

Destas fortalezas que nos lembram um passado glorioso, lágrimas e sangue, e que são pedaços da alma lusa, pouco nos resta, pois os séculos com as suas intempéries e os homens com a sua inclinação de destruir, tem derrubado quase tudo, e, desses pergaminhos, restam apenas alguns pedaços.

O catálogo das fortalezas do Fundão regista as seguintes:

- I — Castelo do Alcaide, cuja torre de menagem reedificada em 1694, é hoje a torre sineira da Igreja paroquial;
- II — Castelo da Atalaia do Campo, de que se encontram apenas vestígios e uma torre medieval;
- III — Castelo de Alpedrinha, de que não existem hoje quaisquer vestígios;
- IV — Castelo Velho, junto do Casal da Serra, de que não existem igualmente vestígios;

- V — Castelo Novo, hoje restaurado devido a acção patriótica da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais;
- VI — Castelo da Covilhã Velha, na Serra das Casinhas, situado a pouco mais de dois quilómetros do Alcaide, onde ainda hoje existem ruínas de uma fortaleza medieval;
- VII — Castelo de Escarigo, conhecido também pelo nome de Castro dos Três Povos;
- VIII — Castelo de Lavacopos, situado no Cabeço do Gomes, na freguesia de Lavacopos, de que existem apenas ligeiros vestígios que mal podem definir o traçado da fortaleza.

Além destes Castelos, existiram também:

- I — O Castro de Alcaria, situado na freguesia do mesmo nome;
- II — O Castro de Argemela situado no Cabeço dos Mouros, junto da freguesia do Barco;
- III — O Castro do Castelejo, na freguesia do mesmo nome;
- IV — O Castro de Previsou, no local da quinta do Crasto, dos nossos dias;
- V — O Castro de Petrota, situado no Norte do Carvalhal Redondo, limite de Alpedrinha;
- VI — O Castro da Serra do Sobral e finalmente
- VII — O Castelo da Capinha, da freguesia do mesmo nome e do qual, hoje, nada resta.

Do que se conserva destas fortalezas é preciso saber-se defender e é urgente estudar-se, pois que do seu estudo algo virá contribuir para a história do concelho de Fundão, da província da Beira Baixa e até para a história de Portugal, principalmente no que diz respeito a monumentos militares.

Um dos estudos mais úteis que nos proporcionam as fortalezas, é o dos chamados Siglas de Canteiros.

Do motivo desta nossa afirmação, nos referiremos mais adiante. Sigla (do latim — Sigla) significa em paleografia e em epigrafia, letra inicial empregada para exprimir uma palavra ou grupo de palavras (P.<sup>o</sup> Francisco M. Alves).

Siglas eram sinais convencionais que, de uma maneira geral, as testemunhas e até grandes senhores que não sabiam escrever usavam para assinar as escrituras, forais ou qualquer outro instrumento público. Mas as Siglas, a que nos vamos referir neste nosso modesto trabalho, são as Siglas de Canteiros, usadas por estes artistas portugueses no período medieval.

Aparecem elas esculpidas ou gravadas nas pedras dos castelos e outras

fortalezas e das igrejas, etc. As Siglas aparecem, mas em muito pouca quantidade, ainda num período a seguir à Idade Média. Era costume naquele grande período, grande por todos os títulos, os canteiros assinarem a pedra que trabalhavam, usando um sinal *seu* e só *seu*. Embora este costume se generalizasse, entre nós, só na Idade Média, a Sigla é, contudo, de origem muito antiga. Segundo nos ensinou o Senhor Padre Francisco M. Alves — o imortal Abade de Baçal — a Sigla aparece já nas civilizações micena, cretense e outras. Mas, se atendermos ao que o ilustre arqueólogo J. Deniper nos diz no seu trabalho «Les Races et Les Peuples de La Terre» (1900 — pág. 163) e ao de outros arqueólogos, o uso de demarcarem as pedras vem já dos tempos pré-históricos. Como dissemos, cada canteiro usava a *sua* e só *sua* Sigla com formato especial.

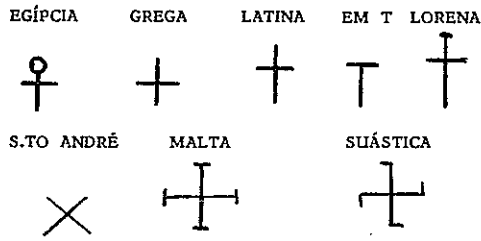
Terá importância de maior o estudo das Siglas das fortalezas ou templos? Sim. Se examinarmos uma fortaleza e conseguirmos descobrir as diferentes Siglas que aparecem nas pedras, ser-nos-á dado conhecer o número dos canteiros que trabalharam nessa fortaleza. Mas este estudo é ainda de menos importância. Há outros que são de valor capital para a história das fortalezas. Se, por exemplo, examinarmos mais de uma fortaleza e aparecem em todas elas Siglas iguais, deduziremos, sem receio de errar, que artistas que trabalharam numa, trabalharam nas restantes, e, por isso, concluiremos também que elas são, portanto, coevas.

Foi assim que nós, tendo feito o estudo das Siglas das fortalezas de Penamacor e tendo-as comparado com as do Castelo de Guimarães que se encontram arquivadas em «O Castelo de Guimarães» de Luís Pina, concluímos que alguns artistas que trabalharam no castelo daquela cidade, na província do Minho, trabalharam no de Penamacor, na província da Beira Baixa, e concluímos, mais ainda, que ambas estas fortalezas são coevas ou na fundação ou nalguma restauração.

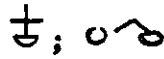
Não nos admiremos que artistas que trabalharam num castelo trabalhassem no outro, pois nesses tempos havia artistas especializados que trabalhavam somente em obras de fortificações.

Uma das Siglas adoptadas pelos canteiros, foi a cruz suástica e seus derivados. A cruz suástica ou sinal de Mahades é um círculo de quatro ou mais raios curvos saídos do centro para a circunferência e, por ser composta de gamas, também se lhe chama cruz gamada. («Swastica» é uma palavra sanskrita, cuja etimologia se desconhece — Abade de Baçal). Esta cruz teve origem na Mitologia, e portanto nos veio do Oriente com aquela e com a civilização ariana, aparece já em Tróia nos objectos de bronze, e em Micenas. Ora uma das Siglas derivadas da suástica ou com ela relacionada é os SSS



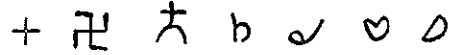


SIGLAS DA DOMUS MUNICIPALIS  
PRÉ-HISTÓRIA



L o P o l d ...

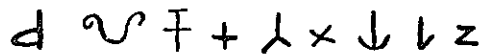
IDADE MÉDIA



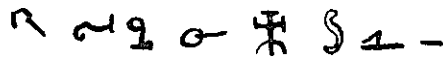
PRÉ-HISTÓRICAS — IDADE NEOLÍTICA — LUSO-ROMANA



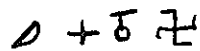
IDADE MÉDIA



NA TORRE DE VIGIA



NO SANTO CRISTO



e o aparecimento destes como Siglas de Canteiro, dá-se no reinado de D. Dinis e outros reis, entre os séculos XIII e XIV, e deve ser por este motivo que, tendo D. Dinis restaurado o Castelo de Penamacor, aparecem nas fortalezas desta vila, como Siglas, não só a cruz suástica, como até outras Siglas (como por exemplo os SSS), relacionadas com aquela. Outras Siglas que aparecem, são as cruzes de Malta e a de Cristo. Desta, explica-se o facto de Portugal ter nascido e vivido sempre sob o signo de Cristo e por isso, toda a sua organização social se fundar e basear na doutrina Cristã, e a primeira de marcar a interferência que a ordem de Malta teve na construção de castelos e obras pias. Ao examinar-se os templos penamacorenses e até casas particulares desta vila, onde os freires de Malta tiveram intervenção, lá se vê a cruz de Malta.

Muitas outras Siglas assemelham-se a sinais pré-históricos (idades neolíticas e luso-romano) o que constitui mais um grande auxiliar para o estudo histórico da Fundação e Restauração do castelo e outras fortalezas e templos, etc.

Por aqui se conclui que o estudo das Siglas de Canteiro é, além de interessante, de valor máximo para a história das fortalezas.

A Câmara Municipal do Fundão da Presidência mui digna do Senhor Doutor Celestino Tavares Monteiro muito se honraria se, *no seu Plano de Centenário* mandasse recolher ou copiar as Siglas de Canteiro que existissem nas fortalezas e templos do concelho do Fundão, as quais certamente viriam a fazer luz sobre a época da Fundação ou, pelo menos de alguma restauração por que tivessem passado essas fortalezas ou templos.

Para isso, seria nomeada uma comissão composta, por exemplo, pelo Professor, Pároco e Presidente da Junta da localidade, que são sempre as almas sacrificadas pelo progresso e pelo bem de uma povoação, e sempre prontas a todos os sacrificios. Recolhidas elas, seria feito o seu estudo por um ou mais peritos nomeados pela câmara e indicados pelo Instituto de Arqueologia, História e Etnografia, de Lisboa, e depois arquivadas em algo por freguesia e fortalezas, o resultado desses estudos. O álbum, de que se tiraria várias cópias, ficaria arquivado na Câmara Municipal do Fundão, e as cópias seriam distribuídas pela Junta de Freguesia, onde ouvesse fortalezas e templos Siglados. E se em todos os concelhos se fizessem estes estudos seria um passo acertado e útil para a história dos nossos castelos e templos e até para a história de Portugal.

Que a actual Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Fundão tenha esta patriótica iniciativa que será

A Bem da Nação!